

## **ATIVIDADES RURAIS NOS BAIROS SENHOR DOS MONTES E TEJUCO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DEL REI (MG) E A EFETIVAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL DA SERRA DO LENHEIRO: entre a cooperação e o conflito**

Filipe César Pereira<sup>1</sup>  
Ivair Gomes<sup>2</sup>  
Gabriel Max de Oliveira Dias<sup>3</sup>

### **Resumo**

Esta pesquisa apresenta um estudo de caso, cujo objetivo consistiu em compreender os impactos da criação e efetivação do Parque Municipal Ecológico da Serra do Lenheiro, na vida dos pequenos produtores rurais, situados nos bairros Tejuco e Senhor dos Montes, município de São João del-Rei/MG. A temática se insere através dos conflitos socioambientais, onde elegemos o território, o lugar e a percepção ambiental como elementos indispensáveis para a compreensão da realidade, dada a potencialidade analítica e o caráter social que ambos comportam. Na geografia, o desafio deste estudo reside em compreender as contradições que se estabelecem no âmbito jurídico-normativo, mediante a criação de leis e decretos, e o seu distanciamento da realidade e demandas das populações locais, que se encontram às margens de tais projetos. Neste caso, trata-se de um conflito, que se instaura através de uma contradição, estabelecida entre as leis de caráter preservacionistas e as atividades rurais de subsistência que perduram no município por décadas, que propomos analisar e discutir no decorrer deste estudo.

**Palavras-Chave:** Território, Lugar, conflito socioambiental.

### **Introdução**

Os debates concernentes a questão ambiental e as dinâmicas territoriais cada vez mais têm adquirido importância nos estudos acadêmicos, sob diferentes perspectivas, dentre elas a geográfica. Os desafios e contradições que se estabelecem no território muitas vezes resultam na sua transformação, o que vai depender são os processos de intervenção inerentes ao mesmo.

Neste caso, o que colocamos em questão são os conflitos socioambientais ocorridos no município de São João del-Rei/MG, a partir da criação e efetivação do Parque Municipal

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de São João del-Rei (MG); e-mail: fylipcesar@hotmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de São João del-Rei (MG); e-mail: ivair@ufsj.edu.br

<sup>3</sup> Universidade Federal de São João del-Rei (MG); e-mail: gabriel\_ervalia@yahoo.com.br

Ecológico da Serra do Lenheiro, uma vez que, parte das áreas destinadas à sua preservação situam-se nos limites urbanos do município em questão, mais especificamente nos bairros do Tejuco e Senhor dos Montes, o que pode ser pensado através do conceito de espaço *periurbano*, segundo Machado (2002).

Apesar da complexidade para a compreensão dos espaços *periurbanos*, podemos caracterizá-lo, de modo geral, como um espaço descontínuo, marcado por áreas de transição entre rural-urbano. Assim, entendemos o nosso recorte de estudos.

“[...] A agricultura periurbana por sua vizinhança com as áreas rurais, interfere nas mudanças da agricultura, de forma geral e pode combinar trabalho rural com o não-rural, o que, em determinado momento pode ser uma vantagem. Muitas áreas que há pouco eram consideradas rurais, hoje são áreas de agricultura periurbana (MACHADO, 2002, p.12) ”.

Esse processo pode ser constatado no município a partir das práticas rurais existentes, que se caracterizam por meio de plantações, criação de animais de corte e produção de leite em pequena escala, nos limites da área urbana. Ressalta-se ainda, que esses resquícios de atividades rurais se caracterizam por famílias antigas, que ocuparam esses espaços antes mesmo da expansão urbana do município e dos bairros em questão.

Os efeitos da expansão urbana sobre o rural resultam de diferentes formas e tendências ao longo do processo de formação do território (SANTOS e SILVEIRA, 2001). No processo histórico de formação de São João del-Rei, fatores como a extração de recursos naturais, a chegada os colonos de origem italiana, sírios, da indústria, da Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM), rodovias e da produção agrícola, fizeram deste um centro econômico e mercantil diversificado, o que refletiu nos seus limites de expansão urbana, que ocorreu de forma desordenada. Nesse sentido, Oliveira e Toledo (2014, p. 895) consideram que o processo de expansão urbana de São João del-Rei ocorreu de forma antecipada, se comparado ao restante do país, pois na década de 70 a sua população urbana já ultrapassava os 85%, com relação a rural.

Frente a esta questão, nos deparamos com as políticas públicas, leis e decretos destinados ao ordenamento territorial, que criam medidas para mitigar o crescimento espontâneo de certas áreas, causando impactos sociais de diversas magnitudes. Os conflitos surgem neste processo, mediante as contradições existentes entre o âmbito normativo e o social,

haja vista que a implantação de projetos nem sempre implicam em benefícios comuns para uma sociedade.

Partindo dessas considerações destacamos a importância de uma abordagem geográfica, na leitura do território de modo que nos permita compreender os diferentes contextos e elementos indispensáveis para o seu funcionamento. Conjuntamente ao território está o conceito de lugar, as territorialidades, a percepção, os sentidos e as representações sociais, da qual Moreira e Hespanhol (2008, p. 01) dizem tratar-se de “[...] uma construção social, fundamentada nas relações espaciais diretas, no cotidiano e na articulação entre a cooperação e o conflito [...]” sendo, portanto, de suma importância para o desenvolvimento deste estudo.

Milton Santos (2008), ressalta a importância dos conceitos de território e lugar para a compreensão da realidade, da relação entre sociedade e mundo, sob diferentes escalas e usos, já que para este autor o “espaço geográfico” e “território usado” são sinônimos. Através de Andrade (2004) também é possível perceber que “[...] a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento de territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas” (p. 19-20). Sendo assim: [...] “o território usado é o chão mais a identidade”. O território representa união, o “*locus* do acontecer da sociedade” (SANTOS, 1999b, p. 08).

Portanto, apresentamos este trabalho, que tem por objetivo compreender os impactos da criação e efetivação do Parque Municipal Ecológico da Serra do Lenheiro, na vida dos moradores locais, mais especificamente dos pequenos produtores rurais, dos bairros Tejuco e Senhor dos Montes, que se situam no seu entorno. Trata-se, pois, de um conflito, que se instaura através de uma contradição estabelecida entre as leis de caráter preservacionistas e as atividades de subsistência que perduram no local por décadas; que propomos analisar no decorrer deste estudo.

Neste caso, observa-se em primeira instância, que esses espaços de transição urbano-rural se caracterizam por práticas rurais como o cultivo de hortas, a criação de animais, etc.; por algumas famílias de baixa renda, que fazem das suas atividades rurais a sua principal fonte de subsistência. No entanto, a necessidade de preservação dos recursos paisagísticos e naturais no âmbito normativo se revela sob um contexto de constante degradação da serra, associados a poluição das águas, e a degradação dos recursos naturais.

Frente a esta questão, o debate teórico aqui apresentado, se insere na perspectiva do território e do lugar, enquanto categorias analíticas e como conceitos indispensáveis para a

compreensão da realidade, sobretudo na esfera social em sua relação com o meio e as contradições que ali se estabelecem. Portanto, a articulação entre lugar e o território se mostra relevante, devido a sua dinamicidade, a capacidade de resistência e transformação. No mesmo sentido existe também a cooperação, construção de vínculos e de solidariedade, propiciadas através do enraizamento e da construção de identidades, que serão discutidas no decorrer do trabalho.

## **Elementos Teóricos e Metodológicos**

Os elementos teóricos e metodológicos empregados neste estudo estão centrados na percepção ambiental, orientados pelo geógrafo sino-americano Yi-Fu-Tuan (1980; 1983) e pela brasileira Livia de Oliveira (1977), se mostrando relevante para compreendermos as dinâmicas socioespaciais, no território, a partir da experiência dos sujeitos envolvidos no estudo.

Contudo, cabe ressaltar que, este trabalho não se sustenta apenas na percepção ambiental. Para o desenvolvimento deste estudo também daremos ênfase aos conflitos e contradições que se expressam no âmbito território e do lugar, dada a sua potencialidade social, pensada sobretudo como condição da base constituinte da vida (CARLOS, 1996).

Segundo Tuan (1983), os traços comuns em percepção se expressam através dos sentidos da visão, olfato, tato e audição. Assim, é possível pensar o território e o lugar, através da experiência e dos saberes construídos empiricamente.

Na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. “Espaço” é mais abstrato do que “lugar”. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que os conhecemos melhor e o dotamos de valor [...] As ideias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplitude, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar (TUAN, 1983, p.06).

A Percepção Ambiental também é processo e resultado ao mesmo tempo. Como processo é o ponto de partida para o conhecimento ambiental, como resultado pode significar todo conhecimento adquirido a respeito (PINTO, 2014). Vê-se assim a importância de se conhecer e reconhecer as diferentes percepções ambientais da comunidade, visando compreender as diversas formas de interação no meio ambiente e como estas se refletem na

realidade da comunidade, mais especificamente nos bairros Tejuco e Senhor dos Montes, situados no município de São João del-Rei.

No caso da criação do Parque Ecológico Municipal da Serra do Lenheiro a Percepção Ambiental é vista como um importante instrumento para a efetiva gestão de uma Unidade de Conservação, pois permite analisar o conhecimento, os valores e as atitudes da população e/ou dos atores sociais em relação a uma determinada área (FERREIRA, 2005). Ela é formada por aspectos inerentes ao próprio indivíduo, como por exemplo, os aspectos educacionais e culturais, introduzidos pela sociedade; e os afetivos e sensitivos, que têm origens nas relações do observador com o ambiente.

O conflito estabelecido entre os agricultores locais, as leis e decretos de caráter preservacionistas viabilizam os debates acerca das contradições, decorrentes da criação do parque ecológico no âmbito social e político. Nesse sentido, partimos da necessidade de compreender as diferentes demandas e usos do território enquanto uma instância social, regido por relações de poder, que por si só nos revelam uma sorte de embates.

A perspectiva crítica se apresenta como um caminho necessário para a compreensão do território e do lugar, de modo que nos permita pensá-los como um campo de luta, resistência e de poder, envolvendo agentes distintos, sobretudo na captura das suas especificidades, como é o caso da agricultura familiar local e suas práticas rurais. Nesse caso, pensar o território e o lugar de forma articulada com os saberes-fazeres dessas populações, bem como os conflitos e desafios para a sua manutenção no território adquirem papel de centralidade neste trabalho.

Através de Santos (1996) compreendemos o território não apenas como um sistema indissociável de objetos e ações, mas como sinônimo de espaço apropriado, o espaço do acontecer, formado por lugares e constituído através das relações de horizontalidade e verticalidade. É o espaço de luta, de resistência e de convivência social, cuja distinção está na intensidade das técnicas trabalhadas, nos sistemas de engenharia e suas próteses.

Imbuídos nesta questão, nos colocamos diante da necessidade de conhecer os moradores dos bairros em questão, principalmente os que se situam nas áreas mais próximas da unidade de conservação, propriamente dita. Esta aproximação nos permitirá compreender a relação que se estabelece entre sujeito e lugar, por meio das suas táticas de sobrevivência, das formas de enraizamento e da percepção, bem como os desafios para a sua manutenção no lugar, em vista das atividades rurais que ali são desempenhadas e ameaçadas a inexistência.

O caráter quali-quantitativo conferido ao estudo, se dá mediante à aplicação de um questionário, com perguntas semiabertas aos produtores-participantes. Essa caracterização revela a necessidade de estruturar considerações e resultados através de gráficos, que expressam contrastes, sem perder de vista a importância dos relatos dos sujeitos envolvidos, que por si só guardam um conjunto de vivências e detalhes.

Os demais procedimentos metodológicos adotados no decorrer da pesquisa envolveram, estudos bibliográficos, consultas de leis em âmbito municipal, estadual e federal e informações através da Base de Dados do IBGE (2010) por setores, para obter o número de moradores dos Bairros Tejuco e Senhor dos Montes, situados nas proximidades da serra.

## **Resultados e Discussões**

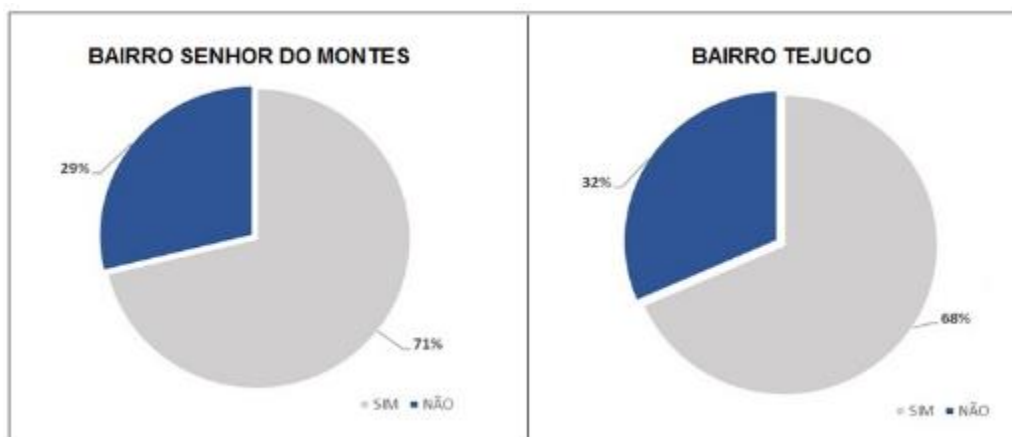
No decorrer das atividades de campo, conversamos com aposentados e jovens, contratados e desempregados, que além de trabalharem na terra, costumavam atuar temporariamente como servente de pedreiro, armador de estruturas metálicas, cozinheiro (a), lavadeiras, faxineiras, costureiras, confeitadeiras, etc.; para complementar a renda mensal do grupo familiar. Nesse momento também foi possível constatar que quanto maior era o avanço das residências em sentido à serra – Unidade de Conservação – maiores foram as condições de vulnerabilidade social naquele setor.

O contato direto com os moradores de ambos os bairros nos permitiu compreender a relação de pertencimento ao lugar, por meio das falas e histórias. No que diz respeito às atividades de subsistência ligadas à terra, foi possível observar em primeira instância que as atuais propriedades foram passadas de geração em geração. Ainda, através de relatos sobre “outros tempos”, apresentadas pelos entrevistados mais antigos, foi possível perceber que a relação entre moradores e lugar ocorria de forma recíproca; “o que não tem ocorrido nos tempos atuais”, conforme relatou um deles.

Através dos questionários, procuramos saber sobre importância da Serra do Lenheiro para os moradores residentes, no que diz respeito ao uso do solo para atividades agrícolas de subsistência ou comerciais. Nesse caso, foi possível observar uma aproximação entre as respostas apresentadas, tanto pelos moradores do bairro Tejuco quanto os do Senhor dos Montes, o que pode ser observado através das figuras 01 e 02.

**Figura 01:**

**Uso do solo e práticas agrícolas realizadas na Serra do Lenheiro segundo os moradores entrevistados**



Fonte: Diário de Campo, 2016.

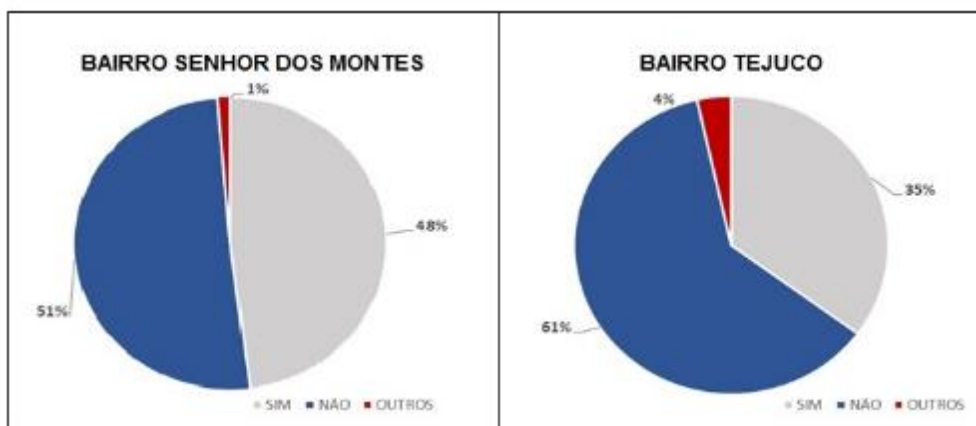
Essa proximidade com relação as respostas reforçam a importância da serra para os moradores, de ambos os bairros, que muitas das vezes falaram sobre as lembranças de infância, dos rituais religiosos que ocorrem há décadas, como é o caso da via sacra, da semana santa; e sobretudo a importância do contato com a natureza e a sua paisagem exuberante.

“Sempre que eu olho para a serra lembro da minha infância. Também gosto de olhar para lá em épocas de chuva, pois lá acontece primeiro. Através da serra me remontam as lembranças, os passeios e os piqueniques” (Fala de um morador, residente no bairro Tejuco, 2016).

A questão seguinte partiu da necessidade de compreender os impactos na vida dos produtores, caso a efetivação do parque ecológico ocorra, passando a restringir o uso das terras no seu entorno, para a criação de animais, utilização de nascentes, práticas agrícolas, etc.

**Figura 02:**

**A restrição a certos tipos de uso do solo na Serra do Lenheiro poderia comprometer a vida dos moradores de seu entorno?**



Fonte: Diário de Campo, 2016.

OBS. A opção outros refere-se aos entrevistados que não souberam ou não quiseram responder à pergunta.

Através da figura 02 é possível observar um contraste entre a opinião dos moradores do bairro Senhor dos Monte e Tejuco, o que nos levou a observar uma proporção desigual de moradores vinculados às atividades agrícolas. Nesse ponto, cabe ponderar que o fato de os moradores do bairro Tejuco apresentarem um percentual inferior de entrevistados que não se sentiriam afetados com a restrição de uso do solo não significa que esta atividade tenha perdido importância para o grupo familiar, mas que deixou de ser a sua principal fonte de subsistência, diferenciando, portanto, da opinião da maioria dos moradores do bairro Senhor dos Montes.

Outra questão importante, ilustrada através dos quadros 01 e 02, ocorreu no momento em que os entrevistados discorreram sobre a sua percepção, quanto aos possíveis problemas ambientais associados a utilização das terras próximas à serra, para as atividades rurais. Nesse ponto, chamamos a atenção para a primeira coluna, que se refere aos itens que foram disponibilizados no questionário cujo, entrevistado escolheu, porém não lhe foi restrita a oportunidade de discorrer acerca da questão, pois envolveram perguntas semiabertas. Desta forma, os relatos orais nos subsidiaram como reforço da resposta.

#### **Quadro 01:**

#### **Percepção dos moradores do bairro Senhor dos Montes quanto aos problemas ambientais associados a utilização das terras próximas à serra para as atividades rurais**

QUESTÕES ASSOCIADAS	RESPOSTAS (%)
Utilização dos recursos naturais do local por falta de opção/herança	42
Problemas ambientais decorrentes do pisoteio dos animais soltos	11



Problemas associados ao desvio de cursos d'água para regar hortas	09
Uso desenfreado dos recursos por falta de consciência comunitária	23
Atividades agrícolas não causam impacto negativo à serra	15

Fonte: Diário de Campo, 2016.

### **Quadro 02:**

#### **Percepção dos moradores do bairro Tejuco quanto aos problemas ambientais associados a utilização das terras próximas à serra para as atividades rurais**

<b>QUESTÕES ASSOCIADAS</b>	<b>RESPOSTAS (%)</b>
Utilização dos recursos naturais do local por falta de opção/herança	32
Problemas ambientais decorrentes do pisoteio dos animais soltos	11
Problemas associados ao desvio de cursos d'água para regar hortas	13
Uso desenfreado dos recursos por falta de consciência comunitária	24
Atividades agrícolas não causam impacto negativo à serra	20

Fonte: Diário de Campo, 2016.

De modo geral, comparando os quadros, é possível observar uma oscilação na distribuição das respostas. Para compreender melhor esse processo recorreremos a figura 02, onde se observa também uma discrepância na opinião dos moradores entrevistados nos diferentes bairros, quanto à possível restrição de uso das terras utilizadas para atividades agrícolas.

A “falta de opção”, como justificativa para a permanência das atividades agrícolas deve-se na maioria das vezes as situações em que as terras foram passadas por herança, em famílias de baixa renda que, apesar de reconhecerem os impactos negativos de suas atividades, no contexto ambiental, se mostraram preocupadas com a questão, por não possuírem outros meios de subsistência. Reforçamos: existem famílias que trabalham nessas terras por pelo menos 50 anos, o que nos levou a refletir mais profundamente sobre os seus reais impactos na natureza.

Em sua percepção, os entrevistados apontaram outros elementos nocivos a preservação dos recursos naturais, como o pisoteio de animais, as trilhas realizadas por motos ou até mesmo a utilização de demais meios de transporte nas áreas de vegetação menos densa, utilizadas como atalho. Nesse sentido, os moradores de ambos os bairros concordaram que a falta de consciência da comunidade, local e regional, tem sido uma das principais causas para o atual estágio de degradação encontrados no local. Retomando a fala de certo morador:

“ [...] antigamente todo mundo cuidava da natureza. Toda casa tinha o seu pé de fruta e de horta e, na época das frutas nativas íamos ao mato (serra) para apanhar, mas, com cuidado porque senão ano que vem não dava. Era da mesma forma com as ervas curandeiras, pois pegávamos apenas o necessário. O lazer, do final de semana na época de calor acontecia nos riachos, onde podíamos nadar e pescar. Mas nunca deixávamos uma sacola no chão! [...] hoje, para se ter ideia até o esgoto das casas caem diretamente nesses lugares. Para você ver como as coisas mudaram” (Morador residente no bairro Senhor dos Montes, 2016).

Por outro lado, os produtores de leite, que possuem propriedades maiores, se mostraram mais exaltados em suas respostas, pois na maioria dos casos eram eles os que dependiam em maior quantidade dos recursos hídricos provenientes da serra, para o sustento do gado. Nas palavras de um deles: “ [...] é impossível alguém reclamar que algumas cabeças de criação (gado) possam causar tantos problemas na vida da população! Se na serra tem muita água, qual o problema de desviar alguns cursos? A serra não é de todo mundo? ” (Fala de um morador residente no bairro Tejuco).

Também, houve um grupo de entrevistados que consideraram que as atividades agrícolas não poderiam ser pensadas como nocivas ao meio ambiente, pois tratavam-se de meios de subsistência. Contudo, também foi possível observar entre esses indivíduos, principalmente os mais antigos, como se dava a sua relação com o bairro e com a vizinhança, no sentido de busca para uma solução para os problemas ambientais (e sociais) que ali ocorriam.

Nesse percurso, foi possível considerar que a criação do parque pensado como um caminho necessário à preservação tem se mostrado um consenso entre todos os moradores participantes do estudo. Contudo, a possível restrição de uso dos recursos naturais, após a sua efetivação, tem significado um conflito, por se tratar de uma unidade de proteção integral<sup>4</sup>. Conforme relatado pelos moradores, trata-se de uma ameaça para populações locais, seus costumes tradicionais, e suas formas de sobrevivência, simplesmente por serem taxadas como nocivas ao meio ambiente, sem uma análise sistemática da questão. “[...] enquanto isso, outras atividades, como a mineração, ocorrem de forma desenfreada e desmedida”, no município, como relatou um senhor de 77 anos.

---

<sup>4</sup> As **unidades de proteção integral** não podem ser habitadas pelo homem, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais - em atividades como pesquisa científica e turismo ecológico, por exemplo. Fonte: <[www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/questoes\\_ambientais/unid/protint/](http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/unid/protint/)>. Acessado em: 08 set. 2017.

## Considerações Finais

Neste trabalho buscou-se compreender os impactos da criação e efetivação do Parque Municipal Ecológico da Serra do Lenheiro, na vida dos moradores situados no seu entorno, mais especificamente nos bairros Tejuco e Senhor dos Montes, no Município de São João del-Rei. No âmbito do território e do lugar, pensar os conflitos e contradições que neles ocorrem requer do pesquisador um olhar crítico, acerca do cotidiano que se constrói em seu entorno. Neste caso, a contradição se apresenta por meio das leis de caráter preservacionistas e as atividades rurais de subsistência, que perduram no local por décadas.

Estamos diante de um embate mediado por forças desiguais – leis e população local – que por caminhos distintos têm se preocupado com uma solução comum: a preservação dos recursos naturais do parque ecológico, o que nos tem permitido analisar o território como um “campo de forças” que se forma a partir do lugar, espaço banal da geografia e, portanto, não isento de relações de poder (SANTOS, 1996; 1999a).

De acordo com as informações levantadas a campo, consideramos que seria precipitado associar os impactos negativos ocorridos na serra exclusivamente às atividades rurais, ou a outras formas de subsistência ligadas ao uso e ocupação do solo, sem que inicialmente se faça uma análise aprofundada acerca da dinâmica do lugar e da percepção dos moradores envolvidos. Nos deparamos com a necessidade de integrar a população às medidas propostas para a efetivação do parque, de modo que se permita promover uma conscientização e participação dos moradores quanto às questões ambientais locais, abrangendo as questões sociais demandadas pela população.

Até o momento, a maior preocupação da população de ambos os bairros está na falta de especificação dos impactos positivos ou negativos decorrentes da efetivação do parque, que ainda não ocorreu. Nesse ponto, concordamos com esta preocupação coletiva, pois conforme o Decreto nº 6.408, de 14 de janeiro de 2016 (mais atual) o único tópico que trata desta questão se encontra no artigo 2º, item XIII, onde se diz que este projeto se propõe em “promover social e economicamente a população residente no entorno”. Ou seja, não é possível mensurar os benefícios ou danos.

Ressaltamos que esses moradores percebem o lugar de forma particular e intensa, o que pôde ser observado por meio de suas falas. Nesse sentido, a serra deixa de ser apenas uma

formação rochosa, para se tornar um símbolo, que guarda recordações ou que preservam a fé, por meio de suas trilhas e pontos de oração.

Nos deparamos, pois, com a seguinte questão: como conciliar melhores condições de vida e preservação ambiental? O distanciamento entre os discursos, ambientais, políticos e econômicos se ilustram através de situações semelhantes e não se reduzem a análise desse estudo. Portanto, cabe-nos enquanto pesquisador compreender os benefícios, conflitos e contradições existentes por trás das leis e seus impactos, tornando público os desafios das populações locais, em busca de melhorias.

### Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERREIRA, Carolina Peixoto. **Percepção Ambiental na Estação Ecológica de Juréia-Itatina**. 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse por setores**. 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31&dados=8>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

MACHADO, A. T. **Agricultura Urbana** - Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2002.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O lugar como uma construção social. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 2, n. 14, p.48-60, 2008.

OLIVEIRA, Livia. Contribuição dos Estudos Cognitivos à Percepção Geográfica, **Geografia**, v.3, n.2, 1977, p. 61-72.

OLIVEIRA, Jadna Têssia; TOLEDO, Márcio Roberto. A EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DEL-REI: UMA NOTA. In: I Simpósio Mineiro de Geografia, 2014, Alfenas. **I Simpósio Mineiro de Geografia**, 2014. p. 891-896.

PINTO, Dhiego Almeida. **Percepção ambiental no entorno da Reserva Biológica do Poço D'anta: estudo de caso da Escola Estadual Professor Lindolfo Gomes – Juiz de Fora – MG**. 2014. 78 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pós-Graduação em Planejamento e

Gestão de Áreas Naturais Protegidas, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, Barbacena, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, 1999a. p. 15-26.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**. Revista da Pós-Graduação em Geografia, UFF. Rio de Janeiro, nº1, Ano 1, p. 7-13. Junho de 1999b.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Record, RJ-SP, 2001.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6.ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 132 p.

SÃO JOÃO DEL-REI (Município). Decreto nº 6.408, de 14 de janeiro de 2016. **Prefeitura Municipal de São João del-Rei**: Secretaria Municipal de Administração. 10p.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e Valores do Meio Ambiente. Tradução Livia de Oliveira. 2. ed. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: perspectiva da experiência. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.